



Grant Thornton

Travessia Securitizadora de
Créditos Financeiros II S.A.

Relatório do Auditor Independente
sobre às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre às demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao período de 04 de outubro (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2017	11

Relatório do Auditor Independente sobre às demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105
12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas e administradores da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 4 de outubro de 2017 (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. em 31 de dezembro de 2017, e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 17 de janeiro de 2017 (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 4 de outubro de 2017 e ainda não deu início às suas operações, de modo que não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase

Como a Companhia não iniciou ainda suas operações, não apresentou, até 31 de dezembro de 2017, receitas ou despesas em seu resultado, por consequência a demonstração do resultado do período e a demonstração do valor adicionado não estão sendo apresentadas. Na leitura das demonstrações contábeis o referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

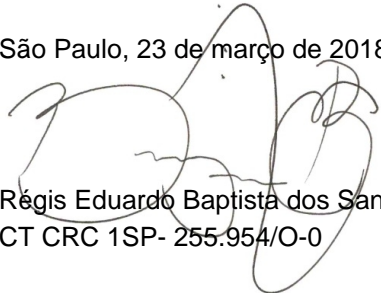
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 23 de março de 2018



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.002
Total do ativo circulante		----- 1.002 -----
Total do ativo		----- 1.002 =====

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar	-	2
Total do passivo circulante		----- 2
Patrimônio líquido		
Capital social	5	1.000
Total do patrimônio líquido		----- 1.000
Total do passivo e patrimônio líquido		----- =====

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período compreendido entre 04 de outubro de 2017 (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-
Capital social subscrito	5	10.000	-	10.000
Capital a Integralizar	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>10.000</u>	<u>(9.000)</u>	<u>1.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Período compreendido entre 04 de outubro de 2017 (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>Período de 04/10/2017 a 31/12/2017</u>
Varição nos ativos e passivos		
Aumento de contas a pagar	-	2
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>2</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	5	1.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>1.000</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.002</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.002
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao período de 04 de outubro (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. (“Companhia”), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 04 de outubro de 2017. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, **(ii)** a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Os Créditos Financeiros a serem adquiridos pela Emissora com os recursos da presente Emissão serão representados por direitos creditórios decorrentes de operações de crédito realizadas entre o Banco Mercantil do Brasil e determinados clientes do BMB que sejam aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e que mantenham conta corrente ativa no BMB e recebimento do benefício pago pelo INSS na referida conta corrente.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. Dessa forma e seguindo as normas e práticas adotadas no Brasil, a Administração da Companhia aprovou em 23 de março de 2018 todas as demonstrações contábeis referentes ao encerramento do exercício social de 2017.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis de 31 de dezembro de 2017 são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, carteiras de crédito financeiro adquiridas, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.3. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui em 31 de dezembro de 2017 provisões, ativos ou passivos contingentes, pois as operações da Companhia estão no início e não ocorreu até aquela data evento algum que levasse à necessidade da constituição de qualquer provisão.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.6. Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

3.7. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.8. Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

3.8.1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 48 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2017
Bancos conta corrente	1.002
Total caixa e equivalentes de caixa	1.002

5. Patrimônio Líquido

O Capital Social da Companhia, era de R\$ 10.000, representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1.000 foram integralizados na fase pré-operacional. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, o capital social está dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	1	0,001%
Travessia Assessoria Financeira Ltda	9.999	99,999%
Total patrimônio líquido	10.000	100,000%

6. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2018, a companhia realizou a integralização da 1ª série da 1ª emissão de debêntures da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. Foram integralizados 28.812 quantidades de debentures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, no montante de R\$ 28.812.000 (vinte e oito milhões, oitocentos e doze mil reais).

Em 01 de fevereiro de 2018, a companhia realizou a integralização da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. Foram integralizados 5.903 quantidades de debentures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, no montante de R\$ 5.903.000 (cinco milhões, novecentos e três mil reais).



grantthornton.com.br

© 2018 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados.
"Grant Thornton" é referência à marca pela qual as firmas membro Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria a seus clientes e/ou refere-se a uma ou mais firmas membro, conforme o caso. Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas membro não constituem uma sociedade mundial. A GTIL e cada firma membro é uma entidade legal separada. Serviços são prestados pelas firmas membro. A GTIL não presta serviços a clientes. A GTIL e suas firmas membro não são agentes um dos outros e não se responsabilizam por atos ou omissões um dos outros.